

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

DESEMPREGO E PROCESSO DE TERCEIRIZAÇÃO
NO COMPLEXO PETROQUÍMICO DE CAMAÇARI

JOSÉ MÁRIO SILVA LIMA

Orientador: Prof. Fernando Pedrão

*Trabalho monográfico apresentado ao
curso de graduação em Economia da
UFBA, como requisito final para a
obtenção do grau de Bacharel.*

Salvador, Julho de 1995.

A Deus, que me deu Maria, José, Vânia e Thales.

A Maria, que me deu a mim.

A José, que me deu a mim.

A Vânia, que me deu Thales.

A Thales, que me deu a Felicidade de Pai.

Agradecimentos

A Fernando Pedrão, orientador dessa monografia, responsável por grande parte do meu aprendizado durante o curso de graduação.

Aos demais professores da UFBA, que de uma forma ou de outra me foram úteis e estimuladores para o desempenho do curso de graduação.

Aos colegas de turma, de curso, que sempre quiseram o meu bem e viraram amigos. Especial agradecimento a Lorenzo, Alissandra, Cristiano, Paulo, Carla, e todos os mais que não precisam de menção; é bastante o apreço que por todos eles carrego em meu peito.

A meus excelentes amigos de outros campos e cursos, Edelmón, Ed, Ceíça, e quem mais chegar.

A meus mais que irmãos paroquianos: Anderson, Liza, Edna, Lane, Arnaldo, Danilo, Alexsandro, Miralda, Nilza, Markito, Aline, João Batista, e quem mais chegar.

Agradeço por fim, de novo e sempre:

A Maria, mulher incomparável, apenas mãe

“A José, meu pai, a José que tanto amo.”

Índice

1. Capítulo 1 - Panorama do Mercado..... Pág. 4
2. Capítulo 2 - Março de 1990 - A Transformação Pág. 12
3. Capítulo 3 - Desemprego X Terceirização: O Caso do COPEC..... Pág. 25
4. Capítulo 4 - A Terceirização..... Pág. 38
5. Capítulo 5 - Conclusão Pág. 49
6. Anexos..... Pág. 53
7. Bibliografia..... Pág. 59

CAPÍTULO 1

PANORAMA DO MERCADO

O nascimento do COPEC (Complexo Petroquímico de Camaçari) insere-se no contexto nacional como uma prerrogativa para o abastecimento do mercado interno autônomo face à importação de produtos petroquímicos. O marco de seu funcionamento se dá com a entrada em operação da COPENE (Companhia Petroquímica do Nordeste) a partir de 1978, que inicia a operação desse mercado na Bahia, sua mais nova base sobre a qual irá se assentar um novo setor de dinamismo da economia baiana. Em princípio, como todo mercado incipiente, e levando em consideração outras empresas que irão funcionar a posteriori, não se verifica as dimensões mais imediatas de sua importância, mas sua perspectiva de crescimento e de relevância na economia para um futuro próximo é evidente.

Com o início das operações da central de matérias-primas, verifica-se um hiato de tempo para o aparecimento das indústrias de 2ª geração (estas seriam as consumidoras diretas, por tubovia, do material (da matéria-prima) para obtenção de derivados petroquímicos ditos de 2ª geração ou intermediários).

O Complexo Petroquímico aparece então como um novo setor para desenvolvimento, ou melhor, para a integração da Bahia no panorama da industrialização do país, o que necessariamente implica em um novo horizonte para o mercado de trabalho local, de forma que deverá ocorrer transformações que promovam a oferta de mão-de-obra de qualificação compatível com este segmento de mercado emergente no estado.

Esse processo campeou, sobretudo nos anos 80, com a evolução da formação profissional de nível médio da Escola Técnica Federal da Bahia (ETFBA), que compôs com os seus cursos técnicos já existentes, alguns outros adicionais, a exemplo de química, instrumentação, de forma a fazer frente a essa nova demanda. (Aponte-se aqui, o fato de existir demanda para o CIA, mas que não deixou de ser

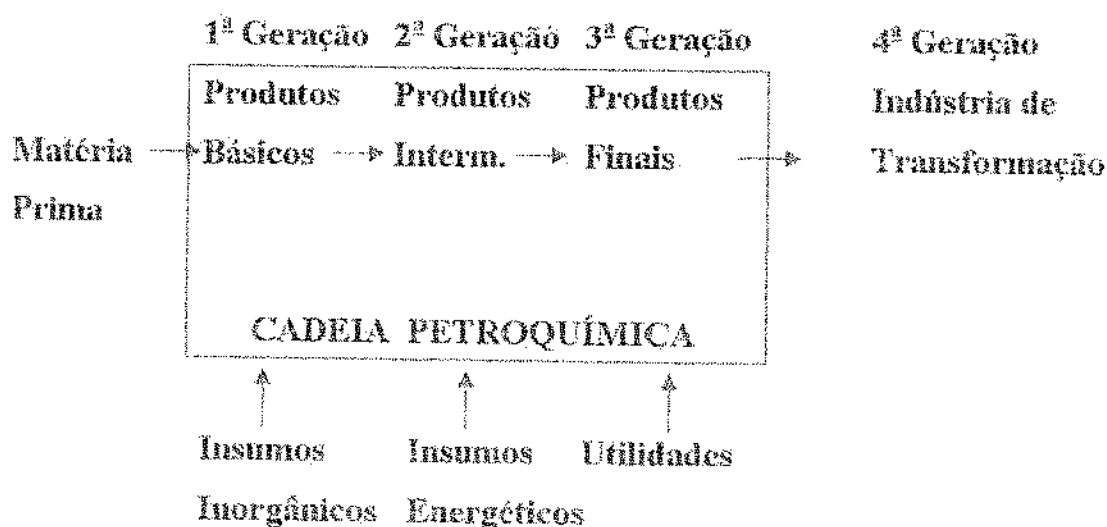
não preparada para que não houvesse uma falta de mão-de-obra com o desenvolvimento da COPEC.)

Essa estruturação do quadro de oferta de mão-de-obra não pode passar despercebida pela análise do perfil da mão-de-obra necessária, e que implica na ordenação dos cursos de área técnica, sobretudo, no que concerne à sua maior interação com essas novas necessidades, não só a nível médio, como também a nível superior, no tocante a este último, os cursos de engenharia ofertados pela Universidade Federal da Bahia (antiga Universidade da Bahia).

O aparecimento do Complexo Petroquímico de Camaçari promove uma mudança nas demandas de mão-de-obra local de tal forma que uma oferta razoavelmente pequena e pouco afeita a esse ramo de indústria tornou evidente a necessidade de adequação com uma formação de mercado mais voltada, mais direcionada para esse novo horizonte.

Não distante do objetivo deste trabalho está a necessidade de classificação das empresas desse Complexo segundo o grau de transformação do produto, que implica em última análise, de uma classificação da malha petroquímica para um entendimento de seu funcionamento, que segue de acordo com o quadro abaixo, feita conforme Armando Alberto da Costa Neto em "A etapa de consolidação da estrutura tecnológica do Complexo Petroquímico de Camaçari", de 1993:

Indústria Petroquímica



Nesse plano de demonstração, fica clara a introdução da malha Petroquímica por etapas, onde o início se dá com a entrada da central de matérias-primas (COPENE) que corresponde à produção de produtos básicos, para em seguida implementar-se as indústrias de 2ª geração, que respondem por produtos intermediários (estão a jusante da petroquímica básica e produzem insumos mais elaborados que por sua vez serão utilizados na transformação em insumos de uso mais específicos). Em seqüência têm-se a indústria de 3ª geração ou de petroquímicos finais ou de 3ª geração como poliestireno, Nylon e que representam a última etapa no que concerne à fase intermediária da indústria petroquímica. Ao final, após a indústria de 3ª geração, o processo petroquímico está na etapa de transformação rumo a consumo final, a exemplo de tintas, vernizes, etc.

Após a exposição desse quadro, cita-se a importância da central de matérias-primas como uma empresa de peso, no que concerne à utilização de grande quantidade de capital fixo, na forma de equipamentos industriais de grande porte com utilização por sua vez de um considerável número de empregos para sua

operação . Necessariamente é um marco, um ponto de referência no que se refere à utilização de mão-de-obra, seja como indicador de crescimento ou queda, seja como referencial de transformação nos modos, em sua organização, sistema de qualidade, e também, para se expor um fenômeno do nível da terceirização e do desemprego no complexo.

O Complexo Petroquímico de Camaçari nasce com a necessidade de abastecimento do mercado interno em insumos intermediários, dentro do quadro de substituição de importações, mas suas transformações a serem verificadas nessa dissertação fazem parte de mudanças ocorridas recentemente, sendo essas mudanças decorrentes não de políticas governamentais que atingem de forma específica o setor, mas sim de medidas de política econômica de âmbito maior no cenário nacional, mas que impõe resultados e impactos diferenciados para cada setor da economia brasileira. Com a perspectiva de política neoliberalizante instituída por Collor em seu leque de medidas provisórias, a busca de alternativas para uma situação de crise no setor produz respostas diversas, dentre as quais incluem-se as movimentações para a propagação da terceirização até então desconhecida no cotidiano da sociedade.

As medidas de cunho neoliberal tinham o propósito de promover a inserção da economia local (nacional) em um ambiente de competição internacionalizado, o que em outras palavras significa a "eliminação paulatina e completa das barreiras protecionistas" que impeliam a uma acomodação competitiva no que se refere à concorrência mais globalizada, nos mercados de petroquímicos inclusive.

A partir de então, desencadeia-se uma primeira feição do que ocorreu; um inicial estado de perplexidade, anestesia, ataraxia diante do quadro de novas condições de mercado e nas quais a petroquímica deveria inserir-se. Bem verdade, o que mais aterrorizou o setor pode-se crer que era a ausência completa do subsídio que ainda então existia para o mercado, que responde inclusive (o subsídio), pela

expansão do setor petroquímico; o ambiente agora vislumbrado é tido como um ambiente restritivo, onde a concorrência agora se faz com ganhos de eficiência dentro e fora do processo de produção, o que significa dizer que toda a atenção agora volta-se para redução de custos seja via P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) com melhoria de produtividade e melhor aparato tecnológico, seja via economias nos custos fixos e também: reorganização e revisão do quadro do trabalho na empresa em seus mais diversos aspectos, para daí extrair o máximo possível em um preliminar e já previsível "enxugamento" do quadro de funcionários, e se lançando à busca de novas formas de reorientação do trabalho com vistas à eficiência e competitividade maior.

Essa ilustração real do quadro de 1990, pode ser bastante elucidativa, para a compreensão do quadro conjuntural em que se insere a petroquímica brasileira e evidentemente, retrata também o retrato do ambiente do COPEC, que às vistas de mudança, põe em marcha principalmente o desenvolvimento da terceirização que vem lado a lado com a redução direta dos números de empregos diretos; empregos estes, que a monografia tenta evidenciar seu real destino: se de fato extinguíram-se ou se foi ganhar novo formato na onda da terceirização.

Não se pode deixar de lado a delimitação geral da importância do Complexo Petroquímico de Camaçari para a economia da região metropolitana de Salvador, sobretudo no que diz respeito ao nível de emprego, dado ser uma representação econômico-social que ficou bastante difundida em seu período áureo e sofreu uma transformação futura; em uma primeira análise superficial, cita-se a transformação que se deu no perfil da economia metropolitana, com seus postos de comércio criados em princípio, sob a égide do mercado consumidor dos "operários do Pólo" e que não passam pela mesma significação nos atuais dias, hoje à vista também o efeito de atração absolutamente amainado no contingente estudantil proponente a uma vaga nesse mercado. Os ofertantes de trabalho reduziram o volume de ofertas, mas é preciso que se analise setorialmente como se deu essa redução de oferta o que implica

na análise da demanda em suas mais diversas qualificações técnicas. O fato é que salários atraentes de outrora não são mais atraentes ou tão atraentes como eram e ademais a oferta de empregos é bem verdade, reduziu progressivamente expectativas, aspirações, vontades de inserir-se enquanto força de trabalho qualificada, nesse mercado.

É fato, segundo o Clube dos Diretores Lojistas de Salvador, que a frequência com que antes mencionava-se a categoria de operários do Pólo Petroquímico no que concerne à sua importância enquanto demanda, foi sensivelmente reduzindo-se, sob a alegação de que já não encara-se o setor com a mesma prontidão e vitalidade dantes, o que não significa que não tenha espaço; significa que não tem o mesmo espaço e importância, muito embora ainda se releve a demanda atual.

O esfriamento das expectativas de trabalho no COPEC, pode ser verificado principalmente nos índices de concorrência às vagas de área técnica da Universidade Federal da Bahia e nas escolas Técnica Federal da Bahia e do Centec (Centro de Educação Tecnológica da Bahia) que inclusive fundem-se em uma única instituição de ensino, denominada CEFET, que é o Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia; obviamente, deve-se destacar que a fusão ocorrida tenha vínculo direto com o grau de baixa de proponentes às cadeiras de cursos técnico: é apenas mencionada para efeito de identificação do que hoje são as estruturas de ensino da época.

Retomando novamente a Costa Neto, em sua análise sobre o Complexo Petroquímico, destaca duas etapas: propõe uma inicial como sendo o período 1980-1985, denominado por ele de etapa da dinâmica tecnológica, e que é marcado por mudanças nos "coeficientes das relações intersetoriais", cuja dinâmica é provocada, principalmente pelo "fluxo de entrada de novos estabelecimentos agregados no segmento da Petroquímica intermediária"; já num segundo momento, é inclusive o objetivo do trabalho dele, acontece, a partir de 1985, o período denominado de

“consolidação da estrutura tecnológica”, cuja característica mais importante, segundo ele, seria “o aprofundamento das relações intersetoriais entre os segmentos petroquímicos que constituem o COPEC e a confirmação do processo de especialização na produção de intermediários, com uma predominância do setor de fabricação de polímeros”. Segundo a proposta desse trabalho, essa etapa da consolidação tecnológica que toma corpo a partir de 1985, explica em parte o processo de queda do emprego que se torna leve até 1990, e que entre 1990 e 1993 vem constituir-se de alterações no quadro da mão-de-obra utilizada no Complexo Petroquímico, na medida em que aparece um novo quadro na composição do mercado nacional face à concorrência externa com fortes impactos na estruturação competitiva dessas empresas no novo ambiente.

Importante salientar o fato de não haver acontecido uma “Abertura Completa”: os subsídios para a Nafta, que é a matéria-prima fundamental oriunda do refino do petróleo nas Unidades da Petrobrás foram reduzidos mais ainda persistem, estabelecidos na ordem dos 40%, o que significa dizer que não houve a libertação completa no que se refere a custos reduzidos e preços competitivos; existe um auxílio a esse mercado, mas isso não significa dizer que não houve alterações por causa de uma certa abertura econômica às importações dos petroquímicos provenientes de Pólos com níveis de preço de seus produtos mais atraivos.

O Quadro rapidamente exposto, procura promover elucidações quanto às motivações das modificações ocorridas no cenário do mercado de Petroquímicos e que foram cruciais para entendimento do que dependeu a virada que se verificou no mercado de trabalho de Camaçari (especificamente no COPEC).

CAPÍTULO 2

MARÇO DE 1990 - A TRANSFORMAÇÃO

Este capítulo pretende fazer uma breve síntese do que efetivamente foi colocado como novo embate ao setor petroquímico e efetuar comentários sobre a situação imediata do impacto no que se refere à população de mão-de-obra de forma geral além de pontuar especificidades verificadas no mercado de trabalho do COPEC; os primeiros movimentos do desemprego direto observável nas empresas e que orientavam a trajetória da utilização do trabalho nesses níveis. A partir de março de 1990, com as medidas propostas por Collor em seu plano de estabilização proposto para o país, as prerrogativas eram as de exposição da economia nacional ao ambiente de competição no âmbito internacional, os petroquímicos inclusive. A proposta estava totalmente voltada à busca insaciável de competitividade preconizada pelo setor; isso seria então de fundamental importância para os reflexos no comércio externo, sobretudo no setor em questão, devido a adequações cada vez mais difíceis com um protecionismo de mercado que dificulta a afinação com uma busca mudança nas regras do jogo. Nesse mesmo ambiente de mudanças, as medidas propagadas para estabilização da moeda no ambiente nacional interno promoveram uma paralisia da atividade econômica do país, como um todo. Sem dinheiro para comprar, e sem capital de giro, os setores de menor porte e que empregam maior quantidade de pessoal passaram a sistematicamente demitir e assim houve uma brutal queda da atividade econômica nacional. Isso não se mostrou como sendo uma vertente muito positiva para os setores da economia, mas efetivamente mostraram uma fase perversa para o trabalhador brasileiro como um todo, e particularmente para os acenos do mercado de trabalho do Complexo Petroquímico, onde a partir de então, houve uma queda na produção, associada em princípio à face de ataraxia da economia interna e também à problemática externa, pois dado o ambiente de petroquímicos mundial estar abarrotado de produtos e dada à posição diferencial de preços subsidiados praticados e que agora não se torna mais possível, as condições para continuar produzindo com capacidades elevadas não se verificam. É nesse momento que efetivamente aparece o clima de mudanças e adequações necessárias à estruturação da produção de petroquímicos para fazer frente à competição externa.

com toda a sua problemática que agora se vê num novo quadro, aonde se insere entre outras dificuldades, o problema da nafta subsidiada, cujo subsídio cai o suficiente para impor problemas em seus preços, além de haver um pequeno ajuste no que tange a diferenciais tecnológicos face aos produtores externos.

Diante desse novo ambiente, a resposta quanto à estruturação de seus custos, de modo à possibilidade de competição, é vislumbrada sob diversos pontos, entre os quais, estruturação da organização, com redução de custos fixos de forma intensa, para também propor redução de custos no âmbito da produção. Como decorrência disso está o imediato estudo sobre tudo o que pode ser cortado (inclusive pessoal) nos departamentos administrativo/financeiro das empresas, e assim segue-se a supressão de alguns setores, a exemplo de assistência social, redução do quadro de serviços gerais, redução inclusive do número de refeições, de forma a ter uma significativa redução nos custos, bem como outros segmentos do setor administrativo viram-se voltados ao vazio, pois some-se à evacuação de pessoal, a problemática de espaços vazios, com o desaparecimento de pessoal dos seus locais de trabalho, com uma desorganização espacial no chão da fábrica.

Como consequência, nesses campos do setor administrativo está a inevitável terceirização, que não foi tão sentida, hoje à vista o fato de ali existirem setores já folcloricamente aceitos, como transporte, refeições, que por um processo de reestruturação, tornaram desérticos alguns espaços da planta desatinados ao funcionamento do segmento administrativo. Nesse sentido, não há o que se notar na mudança que houve, pois o que mais ficou evidente, foi a transferência de alguns setores para terceiros (como o de vigilância) e mais um "rapa" de funções e cargos existentes na esfera administrativa que sucumbiam aos olhos que promoviam uma redução de custos. Como uma conclusão dessa etapa, a idéia fundamental da redução de custos prevalece, mas não há uma redução de empregos com contrapartida do movimento de terceirização. É certo que a maior parte do contingente dos setores

administrativos, demitidos a partir de então (meados de 1990 em diante), podem ser colocados como um contingente desempregado; tão forte foram seus impactos, que não se poderia deixar de observar agora os setores mais envolvidos diretamente com a produção, pois esgota-se a possibilidade de redução de custos com um mínimo de pessoal já bastante restrito. Vale ressaltar, que individualmente, Camaçari (o COPEC) emprega um número de pessoal razoavelmente reduzido se comparado à dimensão do pessoal empregado em setores mais diferentes, a exemplo do comércio, mas não é por isso que esse contingente pode deixar de ser relevante, hoje à vista a importância para a região metropolitana de Salvador, quanto ao mercado consumidor dali oriundo. É necessário que se entenda a importância destes enquanto massa de salário, que foi inclusive, um impulsionador para o aparecimento mais crescente de lojas e centros comerciais em Salvador, mesmo o número relativo de trabalhadores estar muito abaixo dos de outras categorias. Como resultado do processo de terceirização ocorre um elevado número de empregos, antes diretos que passou para empresas contratadas, apenas em setor específico como o de segurança/vigilância, respondendo apenas de forma pouco expressiva para o que se pretende neste trabalho.

Com o esgotamento das possibilidades de impor redução de custos em empresa com um número de pessoal no setor administrativo/financeiro já no seu limite, volta-se agora de forma sistemática para uma única direção: o estudo do que pode ser mudado na produção de forma sistemática visando exatamente a mesma coisa, qual seja, a redução consequente e sistemática de custos para uma melhor dinamização da competição via preços no mercado internacional. A questão deve ser abordada de forma mais ampliada por ser o ponto marcante da terceirização e será abordado em contraposição ao movimento do desemprego nesses setores, que seriam os mais representativos no que concerne a salários, tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, manutenção do equipamento e controle de qualidade. Sua análise será mais extensiva em um outro momento desse trabalho, onde se discutirá seus reais impactos. Por enquanto apenas cita-se como se deu a análise do processo em

função das medidas de política econômica impostas por Collor, com o mote neoliberal permeando suas propostas.

Dada a explicação do problema no seu âmbito mais global, vale aqui iniciar um processo de discussão sobre a natureza específica de cada empresa do complexo, dado haver nessa diferenciação, a possibilidade de explicar diferentes posturas ou impactos do processo de desemprego e terceirização desenvolvido no COPEC.

Iniciando, tem-se na COPENE uma peculiaridade: é a que recebe a maior parte da Nafta, que é o insumo básico da produção petroquímica, transformando esse produto, extraíndo seus mais diversos elementos, onde se destaca o eteno, que é o maior produto demandado pelas empresas a jusante do processo. É dita aqui a maior parte, pois uma ligação direta entre a DETEN (Detergentes do Nordeste) e a tubovia oriunda da refinaria fornece nafta para essa empresa que a utiliza de forma direta, que não ocorre com as demais empresas do complexo, colocando a COPENE como a central de utilidades e de matéria-prima para as demais empresas, situada a jusante do processo.

Para a COPENE, o impacto na quebra do subsídio da nafta implica em um direto acréscimo no custo da produção e que por cadeia, transferirá esse acréscimo até o fim, o que repercute em acréscimos de preço para seus produtos, o que necessariamente não é o pretendido e muito pelo contrário, é indesejado. Alie-se agora também a problemática de pessoal administrativo. Evidentemente que sendo a COPENE, a maior empresa do complexo e que desempenha um papel crucial para seu funcionamento, a forma com que se organiza o novo espaço administrativo está um razoável patamar de importância: passa-se necessariamente a buscar-se alternativas para o seu maior dinamismo, o que pode-se entender como a utilização, sempre que possível, de métodos de redução de custos que sejam eficazes e que não comprometam a funcionalidade do departamento em questão. Nesse caso, acontece a

utilização da terceirização como um expediente óbvio, haja à vista a possibilidade de sua utilização no que se refere a processamento de dados, pois o setor é de dimensão considerável e de suma importância para toda a empresa. Dessa forma, foi-se gradualmente colocando o setor a mercê de ser alavancada no processo de terceirização, o que antes não era dado como possível de ser feito, mas que de acordo com essas novas prerrogativas trouxe considerável necessidade de nova reflexão sobre a sua possibilidade ou não de terceirizar-se. Nesse sentido, a terceirização, no que diz respeito ao lado administrativo da COPENE, apresentou poucas novidades, dado que a utilização de terceiros em boa parte de seu segmento já era constante e não impondo maiores diferenças com a mudança de quadro; o certo é que, se a terceirização era antes um expediente alternativo, agora já é (e não só na COPENE) uma exigência face às novas condições de atuação da empresa visando seu maior dinamismo e uma resposta efetiva no que responde aos custos. É então o delineamento de diversas empresas contratadas, o melhor caminho para se atingir esses objetivos sem perder de vista, é claro, a funcionalidade do aparelho administrativo.

Sendo a COPENE, uma empresa de elevado porte, com o maior número de funcionários, tanto a nível de produção, quanto a nível administrativo, essas empresas terceiras, contratadas ou "gatas" como corriqueiramente denominam, é aceitável acreditar que o elevado número de contratados, seja na área administrativa/financeira, seja na área de produção e afins, seja na área de segurança ou manutenção, o problema de administrar contratos com essas empresas parece plausível, dada a dimensão, o número de contratos a serem de fato efetuados, de tal sorte que a posteriori, ou mais recentemente, apareçam as quarteirizadas, que são as empresas administradoras dos contratos das terceiras, já que dado um número elevado de contrato com terceiras, eventuais e ou permanentes, o que ocorre é a possibilidade econômica, ou viabilidade, de colocar na mão de uma quarta empresa, a administração desses contratos. Por se tratar de algo mais a posteriori ou decorrente

do processo de terceirização, nova menção ao problema das quarteirizadas será realizada em momento adequado ao final deste trabalho. Por ora, é bastante saber de sua existência, e que no caso da COPENE é uma realidade.

Haja a vista a menção à posição da malha petroquímica onde situa-se a COPENE, agora parte-se para a explanação da problemática nas empresas de 2ª geração, bem como nas de 3ª geração que devido ao fato de possuírem bastante semelhança, mesmo sendo uma (a de 3ª geração) encadeada pela produção da outra (a de 2ª geração). A relação existente entre elas é dependente mas já em situação diferente. Exemplo: a Oxiteno do Nordeste fornece o dietileno glicol que é obtido através da reação do óxido de eteno com a água, cujo óxido de eteno é obtido na própria Oxiteno pelo processo de reação do oxigênio com o eteno, estes sendo oriundos da COPENE, que responde pelo fornecimento desses petroquímicos básicos e do outro lado a PRONOR produz o DMT (Dimetil Tereftalato) que é então colocado para reagir com o dietileno glicol (produto final da Oxiteno) na indústria de 3ª geração, que no caso, é a fábrica de poliéster, pois este é o produto obtido da combinação dos outros dois. O problema de encadeamento dos produtos e processos entre empresas de 2ª e de 3ª geração não invalida ou incompatibiliza uma comparação entre as duas no que se refere ao processo de terceirização que persiste e possui a mesma nuances para essas empresas.

Em função das mesmas prerrogativas (a do setor petroquímico brasileiro), o setor administrativo/financeiro dessas empresas tenta se estruturar visando uma maior adequação de seus custos face à nova realidade imposta, muito embora deva-se salientar a magnitude deste setor dessas empresas ser substancialmente menor se por exemplo, correlacionar-se com uma empresa do porte da COPENE. Essas empresas correspondem conforme esquema exposto ao final deste capítulo, ao maior número das empresas participantes do complexo, e que utilizam os petroquímicos básicos

oriundos da COPENE, mais as utilidades (água, nitrogênio, ar instrumental, etc) para a sua produção (as empresas de 3ª geração utilizam essencialmente utilidades da COPENE), mas suas plantas específicas e com gama de produtos ou volume de produtos obtidos consideravelmente menores se comparados à COPENE.

No caso específico dessas empresas, o processo se voltou muito mais à articulação de funcionamento do lado administrativo/financeiro de forma a enxugar seu contingente de pessoal do que necessariamente terceirizar em escala mais ampla, demovendo seu significado (da terceirização) nas áreas de administração dessas empresas, que de fato têm pouca representatividade, em se tratando de terceirização. Evidencia-se portanto uma distinção sobre o comportamento da mão-de-obra em uma central de matérias-primas e de utilidades como a COPENE, em comparação com as empresas de 2ª e 3ª geração, no que tange ao pessoal do administrativo.

O desenrolar da reestruturação dos padrões do trabalho não foram peculiaridades do Complexo Petroquímico de Camaçari, haja a vista a ocorrência de transformações (nas quais insere-se a terceirização) no âmbito nacional, onde aparece mais fortemente também, a reengenharia, que como tendência redutora de custos através da diminuição da distância dos intermediários níveis (as gerências e supervisões) da parte da execução, provocando como efeito maior, um recrudescimento do mercado de trabalho de forma significativa. Dentro de uma postura mais abrangente, pode-se dizer que a revolução no trabalho que ainda hoje subsiste e não cessa, é fruto da mesma inserção do país na esfera mais mundializada da produção, o que promove a difusão mais rápida das escapatórias, das saídas obtidas para driblar uma crise maior e de caráter global que encerra de forma intensa os anos 90. Neste sistema de transmissão, o que pode se prever sobre o comportamento do trabalho é a sua inevitável condição de uniformização de práticas de gestão do trabalho mais semelhantes, e dentre as quais, está a terceirização.

Como conclusão fundamental para a problemática instaurada, proveniente das medidas econômicas de inserção da economia brasileira na economia mundial preconizada por Collor e sua equipe econômica, estão o fato de trazer de forma mais ampla as práticas mais atuais, utilizadas por todos os países de ponta, que se encarregam da defesa de seus agentes econômicos diante da globalização econômica, que implica em políticas de redução de custos (de redução cada vez maior) e de elevação (também cada vez maior) de produtividade.

Nessa luta acirrada, o mercado brasileiro, mais especificamente a petroquímica nacional necessita de mudança numa linha que seja compatível com as palavras de ordem do mundo competitivo; dessa forma, não só a terceirização aparece como estratégia de aumento de produtividade através da "flexibilização", de "parceria" que torna a empresa terceira uma "co-participante" do sucesso do trabalho, com aumentos vultosos de produtividade, na medida em que "o jogo agora não é mais o ganha-perde" e sim "o jogo do ganha-ganha". A julgar esses posicionamentos como um planfetarismo ideológico ou como uma relevante análise técnica da questão, é sensato trazer para a argumentação os dados do ocorrido, que serão extremamente úteis para a formação de uma visão mais ampla do que de fato se verifica no mercado de trabalho, e não apenas observá-la à luz de posicionamentos questionáveis sobre as perspectivas do movimento de terceirização existente.

Salienta-se aqui, a impossibilidade de se vislumbrar um quadro completo sobre a terceirização se levada em conta apenas o exemplificado sobre a área administrativa da empresa no setor petroquímico; o quadro completo sobre sua dimensão e importância poderá ser melhor evidenciado através da análise do setor de produção e áreas afins, pois aí reside a maior parte dos exemplos sobre o avanço do processo de terceirização no ambiente da petroquímica e mais especificamente, da petroquímica local. Por causa disto, não foi mencionada até então, a existência no Complexo Petroquímico de Camaçari, a CEMAN, que é a Central de Manutenção de

Camaçari, e que é, por sua própria natureza intrínseca, uma empresa terceira. Se analisar-se o setor de manutenção de forma isolada dos outros setores ligados à produção, poderá não se entender como se configura essa empresa em meio a toda essa problemática. A CEMAN enquanto terceira, também possuía e possui várias "gatas" que utilizam mão-de-obra de baixa, média e alta qualificação para a execução de seus serviços, seja em parada de planta, seja em reparos eventuais e cujo dinamismo maior foi garantido com a exclusão do setor de manutenção das empresas, para colocar a termo a utilização maciça da CEMAN na área de manutenção.

As políticas, a forma como se desenvolve o processo de terceirização na região de Camaçari evidencia a realidade existente nas intenções primeiras de um novo paradigma de desenvolvimento, que encerra em seu seio, a utilização de novos referenciais, entre os quais encontra-se a defesa crescente da desregulamentação do trabalho de forma a promover cada vez mais as estratégias de flexibilização, nas quais insere-se o processo de terceirização, enquanto alternativa de flexibilidade industrial. O papel de revelados dessa nova onda que se abate sobre o mundo do trabalho coube efetivamente ao governo Collor enquanto precursor do processo de adequação neoliberal que há muito tentaria lograr êxito junto a países ainda voltados a uma antiga forma de resolver seus entraves no que tange à questão do desenvolvimento econômico, já no mais aceito e inviabilizado efetivamente pelos movimentos oscilatórios da economia mundial.

Tornou-se imperativo para uma adequação a essa nova realidade, o papel desempenhado pela interação maior sob o ponto de vista tecnológico entre o mundo da petroquímica, onde os ganhos de produtividade com processos catalisadores e controle de variáveis mais eficientes impõem ganhos de rendimento do equipamento de capital disponível cada vez maior. Nesse sentido, o capítulo seguinte evidenciará os principais itens relevantes na discussão desses tópicos, evidenciando o jogo

paralelo de tecnologia, novas associadas a estratégias de terceirização de algumas áreas mais próximas à produção e que podem tentar evidenciar até que ponto se verifica um fenômeno de desemprego e em que medida, a terceirização responde como contrapartida para que ocorra sobretudo redução de custo de mão-de-obra, na roupagem de uma parceria, e o que é real enquanto um quadro de desemprego.

A análise que até aqui se deteu em mostrar os impactos das novas condições de mercado em que se insere a petroquímica brasileira, expôs parcialmente a situação de desemprego e da terceirização no Complexo Petroquímico de Camaçari nos setores mais distantes da produção e que possui uma imediata vinculação com seus custos fixos que precisam ser reduzidos, mas que não representam a magnitude e a grande representatividade da terceirização no mercado de trabalho local.

Dentro da conjuntura internacional, um outro problema que ao final contribuiu para um maior impacto da nova posição econômica do governo brasileiro, foi a recessão mundial que empurra para baixo o preço dos produtos petroquímicos de forma sistemática, o que então recrudescer a posição da petroquímica brasileira, incapaz de fazer frente a preços baixos no ambiente externo em condições normais, a situação complica ainda mais em uma posição de crise. Nesse contexto, é emergente a posição que se propõe a estratégia de competitividade as mais audaciosas possíveis. Nesse sentido, 1990 foi um ano extremamente perturbador para o setor, o que deve ter provocado mudanças nas expectativas futuras sobre o novo quadro. Nesse primeiro instante, verificado um desaquecimento progressivo da produção de Camaçari, o que se viu foi a redução de empregos diretos de forma mais imediata e pode-se dizer que as expectativas negativas que se abateram sobre o setor, enquanto produz desemprego direto de forma visível, desestimula o funcionamento das fábricas novas, a exemplo do Complexo Petroquímico de Triunfo, localizado no Rio Grande do Sul, que inclusive pouco depois fechou algumas de suas unidades por este e outros fatores, o que ocorreu em pequenas dimensões, a exemplo do esfacelamento do setor

de química fina da NITROCLOR, que foi já reduzido ao mínimo, desmontando boa parte de suas plantas ou das plantas de filme de poliéster, da ICI Bahia, antiga Safron Teijin, que apesar de situar-se no CIA, possuía vinculação maior com a petroquímica de 2ª geração, pois fabricaria o polímero de poliéster que em seguida, pelo processo de extrusão, promoveria a obtenção de filmes de poliéster, mas que tanto quanto a NITROCLOR, sucumbiu por problemas de fabricação e elevados custos na sua obtenção, sendo mais viável o seu desmonte e sua divisão de partes da maquinaria entre as demais unidades de produção de filme de poliéster situadas em diversos países de globo, com conseqüente demissão de seu quadro de pessoal da planta em questão.

Nada pôde frear esse processo, que em última instância coloca a situação de fatia importante da mão-de-obra formada para absorção no mercado químico/petroquímico baiano em condição de crise, sem resultados animadores que persistem até os dias de hoje; se já era um mercado com pouca expressão no que diz respeito ao contingente de mão-de-obra empregado, agora então se torna um volume reduzido, em boa parte pelo problema em questão, mas não o número de cerca de 23.000 empregos diretos que foram alarmanes significa o número correto do desemprego, dado os cerca de 6.500 a 7.000 empregos remanescentes; é aí que cabe a análise sobre terceirização, no que diz respeito à quantidade de mão-de-obra efetivamente desempregada e a quantidade terceirizada, além do impacto setorial dentro da empresa, donde observa-se onde terceirizou-se mais ou menos e o porque disso, além de expor o quadro da formação técnica os segmentos especializados da mão-de-obra utilizada que foram mais fortemente impactados pela onda da terceirização.

A situação a partir de então, é de profundas transformações que voltam-se de forma mais ou menos intensa para a problemática da questão do trabalho utilizado na produção. Essa abordagem será mais intensamente discutida nos capítulos seguintes,

com vistas a fornecer maior caracterização das transformações ocorridas com os setores vinculados diretamente à produção, seus reflexos mais imediatos enquanto transformações na posição do trabalho e as conclusões que assim podem ser retiradas em seus mais diversos aspectos. As transformações mais próximas do trabalho na esfera da produção estão vinculadas a outros fatores que não só a terceirização, mas principalmente questões quanto à modernização tecnológica que são facilitadores da transformação na forma de utilização de mão-de-obra, como por exemplo rotinas de processos a serem seguidas e que modificadas, estruturam de forma diferente o trabalho utilizado.

CAPÍTULO 3

DESEMPREGO X TERCEIRIZAÇÃO: O CASO DO COPEC

Nesta parte do trabalho pretende-se expor de forma mais abrangente possível, as principais transformações ocorridas e onde se verificou de forma mais expressiva a terceirização, entre os segmentos do Complexo Petroquímico, em suas empresas, mais voltadas ao setor de produção e uma particular análise sobre o comportamento da CEMAN, que conforme já foi dito no capítulo anterior, é uma empresa terceira por natureza. Dessa forma preenche-se as dúvidas sobre o que de fato representa a terceirização para o COPEC em uma abrangência maior.

Iniciando o estudo pelo comportamento da COPENE, menciona-se aqui a política de pesquisa e desenvolvimento da empresa, que antes mesmo de março de 1990 acontecer, estava engajada em dois planos junto ao aparato tecnológico em suas plantas, a saber:

- a) O Sistema de Controle Avançado de Processo;
- b) O Sistema Digital de Controle Distribuído (SDCD).

O Sistema de Controle Avançado de Processo representa um arrojado mecanismo para manutenção de seus níveis de variáveis (nível, pressão, vazão, temperatura) em valores cada vez mais próximos dos Set Points, ou seja, todo um aparato de instrumentação industrial para garantia de que os controles efetuados em sala de controle sejam efetuados com o menor nível de variação possível e mantido nesse nível, nessa magnitude o mais exato possível. O fato de se querer algo assim está ligado a um problema fundamental: como o processo petroquímico se dá em níveis de comando entre uma central de controle, que através dos valores em escala de seus instrumentos indica um dado valor para as válvulas em área da planta atuarem, e entre todo o aparato pneumático para esses instrumentos funcionarem, o objetivo que se tenta é promover uma maior exatidão do que está sendo montado em relação ao que está sendo pedido e com o menor tempo de resposta possível. Serve fundamentalmente para a manutenção das variáveis de processo nas condições de

processo ótimo requerida para o máximo de eficiência do processo. Esse sistema de controle avançado pouco tem a ver com a problemática de mão-de-obra utilizada pois dadas as condições de processo, isso não altera em nada o aparato produtivo nem a forma de utilização do processo, ademais, não há comprometimento nenhum com alterações na própria planta: seu sistema de rastreamento apenas aproxima as condições de processo de sensível ótimo de operação.

O contrário disso, o SDCD ou Sistema Digital de Controle Distribuído ou à distância é um reordenador de controle das variáveis de processo, que impõe ao auxílio do computador. O papel mais dinâmico e eficiente de administração do controle do processo em mãos de 2 (dois) operadores no máximo. Nesse sentido, ele difere frontalmente do Sistema de Controle Avançado, dado que ao autorizar a planta e coordenar suas condições de operação nas mãos de 2 (dois) ou 3 (três) operadores em sala, diante de um computador que monitoriza as diversas plantas, reduz consideravelmente o contingente da operação que trabalhar no campo, isto é, nas proximidades dos equipamentos, na área externa. A sua implantação e difusão não só na COPENE como em outras fábricas favorece sobre maneira a demissão de pessoal envolvido ou pelo menos, nas empresas que estão ampliando suas instalações no processo de duplicação, não promove nenhum efeito significativo no que se refere à absorção de mão-de-obra. De fato, verificou-se uma acentuada queda na utilização de mão-de-obra vinculada à produção, com redução do nível hierárquico bem como do volume de trabalhadores de campo. Represente então um dos itens que efetivamente desempregou, já que até então, o segmento da produção não possui a possibilidade de terceirizar, até por ser a atividade fim da empresa, tendo então apresentado uma redução de pelo menos 30% de seu quadro, segundo o SINDIQUÍMICA, mas que não escapa de especulação quanto ao sobrecarregamento do pessoal de produção remanescente, como também vale citar não é uma característica exclusiva da COPENE neste sentido; as empresas de 2^a e 3^a geração também acompanham essa mudança, embora sejam empresas pequenas em sua

maioria (a exceção da CIQUINE), o ritmo de avanço quanto ao implemento do SDCD foi mais crescente, de sorte a colocar um número de trabalhadores cada vez maior no contingente de reserva da produção. O número de regressos desse mercado na COPENE, foi como nas demais empresas, responsável por uma significativa redução do mercado consumidor da região metropolitana de Salvador, provocando também a abertura de micro empresas ocasionais, cujo capital inicial é fruto da indenização recebida pelos anos de trabalho e inclusive, é válido citar, que devido a série de fatores diversos, entre os quais se destaca a completa inaptidão com o ambiente empresarial, associado a necessidades crescentes de auto-sustentação, a uma anestesia no mercado como um todo (pela recessão que vigorava), faz com que possuam vida curta essas empresas, além do contingente que se desloca para outros mercados de trabalho, tais como informalidade, motoristas de táxi, etc. Isso é tão refletido na economia da região metropolitana que, muito embora, não se tenha a dimensão exata do que de fato representa, mas boa parte dos novos motoristas de táxi são regressos do mercado de trabalho do COPEC, que inclusive demonstram a não absorção dos mercados formais de trabalho, dada a situação mais generalizada de recessão em toda a economia não só local, como a nível nacional.

Outras áreas devem ser analisadas, sendo elas afins da produção, a exemplo de uma área importantíssima, dado a natureza do produto e do processo, que é a segurança de fábrica, setor que de forma mais abrupta e impensada foi paulatinamente reduzido em relação à sua significação, o que pode ser tratado com uma elevada carga de insensatez; os processos petroquímicos, em sua grande maioria possuem produtos e processos que são de alta periculosidade e explosividade e se não levados em conta para a necessidade de um esquema fabril de segurança preventiva e também para situações de emergência (não raras, por sinal), podem comprometer a segurança de todo o pessoal que esteja na fábrica, não só na fábrica onde ocorreu o sinistro ou a emergência, mas para todo o conjunto, dado que a relação de vizinhança é grande, não podendo ser deixado de lado esse aspecto.

O fato é que em todo o complexo, o setor de segurança foi um pouco preterido ou razoavelmente esquecido de sua importância, seja pela alta confiabilidade pretendida pelos sistemas de segurança das plantas, seja pela alta confiabilidade do sistema de segurança cooperativo, o PAM, o qual é um sistema que atua de forma conjunta, com ambulância, enfermeiros e também operadores, analistas que atuam nas brigadas de incêndio. Como um complementar é de significação crucial, como o básico da segurança, sua eficácia para atender ao problema mais imediato é questionável devido ao tempo de chamada, de convocação do pessoal, e a sua chegada para o amparo junto a plantas que conhecem pouco, ou quase nada.

Nesse setor de segurança, boa parte do pessoal foi remetido inclusive para outras funções (os que foram aproveitados), tendo um elevado contingente de mão-de-obra como excedente e assim sendo, eliminado de seus cargos e funções, direta ou indiretamente.

Outro setor que merece destaque é o serviço médico, pois bem como a segurança, desempenha importância fundamental, tanto a nível de plantas diuturno, quanto a atendimento no período de trabalho administrativo. Bem verdade, ocorre que este setor já era razoavelmente terceirizado, onde poucos postos de enfermaria além do médico do trabalho eram pertencentes ao quadro de pessoal diretamente empregado. Sucumbiu completamente ao processo de terceirização de forma que é um segmento hoje quase que totalmente terceirizado, o que pelo menos garante que boa parte do efetivo envolvido na área de assistência médica primária continua presente, ao contrário do que ocorreu com a segurança industrial de fábrica.

O que envolve segmentos das fábricas mais de perto segundo Mello em seu relatório de setembro de 1993, é o fato de que os setores de administração e de apoio, como restaurantes, enfermaria e segurança foram envolvidos diretamente com o processo de terceirização, muito embora o setor de segurança mereça destaque como

um dos mais importantes segmentos de apoio que foi fortemente abatido com redução de mão-de-obra.

O caso da COPENE não difere muito dos comportamentos nas empresas de 2ª e 3ª geração neste item específico de áreas de apoio; evidentemente, o contingente envolvido no processo foi maior, seja na vigilância ou seja na segurança do trabalho ou enfermagem. Mas quando se entra em detalhamento do processo de terceirização, a primeira coisa genérica que pode se dizer é que todas, todas as empresas do complexo adotaram a prática da terceirização com alguns setores sendo mais intensa que em outros; o que ocorre é que todas as empresas fizeram uma adequação do processo de acordo com sua especificidade.

Fora um pouco de linha das indústrias como um todo, seja uma central de matérias-primas como a COPENE, seja nas indústrias de 2ª e 3ª geração, ocorre o problema com a área mais efetivamente ligada ao equipamento físico da fábrica: o setor de manutenção.

Já foi exposto no capítulo anterior, a peculiaridade da CEMAN, enquanto central de manutenção elétrica/mecânica/instrumentação junto as demais empresas, atuando em princípio, apenas em períodos de parada, pois inclusive havia certo receio das empresas em adotar os serviços da CEMAN, principalmente pela preocupação quanto ao tratamento dado a seus equipamentos, até mesmo pelo desconhecimento de suas especificidades, problemas mais consecutivos, "gambiaras" mais utilizadas, dado que cada equipamento submetido a condições de trabalho as mais diversas, mesmo sendo um equipamento semelhante a outro de uma outra fábrica, possui tratamentos e características cada vez mais distintas, principalmente com o passar dos tempos.

Nesse sentido, a opção pela interação como os demais segmentos foi bem dinâmica. Uma redução de cerca de 60% em média foi realizada nos postos diretos da área de manutenção, e é claro com o maior papel da CEMAN na manutenção de forma generalizada nas empresas do complexo se tornou mais efetivo e o crescimento da CEMAN, que é uma empresa terceira está inteiramente ligado a essa nova forma de interação com as fábricas, respondendo por um segundo maior volume de demitidos, abaixo apenas do pessoal envolvido na produção (operação), mas que também responde pelo maior volume de terceirizados: a CEMAN também terceiriza suas atividades, através das famosas "gatas", que estão envolvidas com pessoal de baixíssima qualificação, remuneração pífia, péssimas condições de trabalho e segurança que são inclusive os trabalhadores com maior índice de acidentes de trabalho sejam eles pequenos ou fatais, haja à vista o que ocorreu em agosto/setembro de 90, com a explosão de um tanque na COPENOR, e a grande ausência de segurança entre outras prerrogativas de cunho trabalhistas que essas categorias não são assistidas. Segundo a própria CEMAN, ela apenas contrata e não pode responsabilizar-se pelo tratamento dispensado ao caldeireiro ou encanador de uma de suas terceiras. Nesse sentido, vale ressaltar a posição de Leiria em "Terceirização passo a passo", onde ele reflete sobre a irresponsabilidade dos que terceirizam de forma "incorreta"; a verdade maior é que, sobretudo na área de manutenção, sobretudo nas de baixa especialização, ocorre ser a terceirização um expediente de redução de custos para a empresa mãe e também um desumano e cruel ambiente de trabalho para essas pessoas, que a despeito de qualquer informação, são efetivamente obrigadas à submissão de um ambiente de trabalho que atinge as raíças da semi-escravidão em sua jornada. A situação peculiar dessas terceiras com a CEMAN é semelhante às diversas empresas de vigilância que se proliferam e desaparecem antes mesmo de ocorrer a informação de sua existência perante a justiça do trabalho; abrem falência, fecham escritórios, desaparecem os donos, viajou o pessoal administrativo todo e que ao final de tudo corresponde a um estágio de criminalidade com o tratamento do trabalhador, dado o desaparecimento da empresa.

em todos os seus encargos, antes que ocorra a recorrência dos seus direitos por parte do trabalhador envolvido.

O número de empresas "contratadas" ou "prestadoras de serviços" que mantêm contrato com a CEMAN não é divulgado, mas a mutação, a substituição dessas empresas por outras é um dos severos indícios de que algo de anormal ocorre nessas empresas. Não vai agora mudar de uma hora para outra, mas é certo que esse tipo de conduta mais criminosa que qualquer outra coisa, esteja sendo coibida, sobretudo pela posição de denúncia dos sindicatos que se envolvem na questão de forma a defender-se dessa prática, mas que em muitos casos possui eficácia pequena.

O setor de manutenção, em seus mais diversos níveis (instrumentação, mecânica, elétrica, microeletrônica) foi quase que totalmente terceirizado inclusive colocando com maior freqüência os seus próprios funcionários demitidos como os empregados da CEMAN e suas contratadas já designados para essa ou aquela empresa em que antes eram empregados diretos. Evidentemente, que houve um número de demitidos que não foram integrados nem na terceira, haja à vista a redução de custos pretendida com o processo de terceirização e é claro que a própria CEMAN não precisa e não quer contratar todos os demitidos. Como resultado final, cerca de 25 a 30% do quadro da manutenção que antes era empregados diretos do setor, são excluídos do mercado de trabalho como excedente do número de empregados utilizados no setor.

A atitude de terceirizar a manutenção impôs um novo organograma para as empresas em função da elevada representação do pessoal de manutenção na composição do quadro de funcionários das empresas e dessa forma, é evidente o desempate de remuneração com o setor enquanto pertencente a seus quadros diretos, e nessa perspectiva entre a argumentação de um lado sobre redução de custos, encargos trabalhistas e de outro, os problemas inerentes à flexibilização, ou melhor,

as vantagens referentes a ganhos de produtividade facultados pela gestão mais descentralizada do processo de produção, com flexibilização das relações nos contratos e que clamam por maior desregulamentação nas relações trabalhistas, com vistas a prerrogativas legais inerentes à terceirização.

Um outro setor que está intimamente ligado à manutenção e que efetivamente foi terceirizado em sua totalidade, foi o setor de inspeção de equipamentos. Este setor é de fundamental importância para detecção e análise da condição do equipamento físico disponível e que possui íntima ligação com a manutenção sobretudo na parte mecânica e de caldeiraria. Como antes era muito pouco terceirizado, apareceram empresas ligadas a inspeção de equipamentos nos mais diversos pontos do pólo, sendo que persistem apenas algumas, de maior estrutura e penetração mantiveram-se de pé e boa parte foi desligada do mercado. Apesar de ser um setor razoavelmente pequeno, vale notar que, bem como a manutenção, houve um processo de desemprego onde os terceirizados passaram a trabalhar em um número de empresas (em média cinco), enquanto um efetivo excedente de mão-de-obra foi dispensado. Nesse sentido, os números são pouco claros, devido à recusa das empresas, sobretudo, em fornecer uma quantificação mais exata dos dados sobre o assunto. Boa parte dos inquiridos (das empresas) alegam em caráter político quanto a esse tipo de informação e outros alegam também a "dificuldade de mensuração". O certo é, que de uma maneira geral, a possibilidade de ilustração desse trabalho como recurso dos números foi extremamente limitada pela pouca disponibilidade de colaboração sobretudo das empresas; o máximo conseguido com essas empresas foi apenas um levantamento mais genérico sobre o assunto, enquanto dados de forma sistemática possíveis de obtenção foram conseguidos com o SINDIQUÍMICA (Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas, Petroquímicas, Têxteis, de Plásticos e afins do Estado da Bahia) em conjunto com o DIEESE, para uma melhor retratação numérica do quadro, embora sejam dados de cunho mais genérico, mas que representam alguma coisa mais concreta sobre a questão.

Voltando à questão da inspeção de equipamentos, devido a sua importância e a seu caráter eventual, houve uma grande facilidade de adequação ao processo de terceirização e que colocou a maior parte do efetivo direto das empresas (em todas as empresas que possuíam) em exclusão, como excedente não mais necessário.

Um outro segmento próximo à manutenção que também foi intensamente terceirizado foi o setor de ferramentaria, que bem como a inspeção de equipamentos era uma espécie de assessoria direta da manutenção sendo em boa parte, mais terceirizado em todas as unidades,

Tendo sido a manutenção e suas áreas mais próximas intensamente terceirizadas, evidentemente a expansão da CEMAN aparece como decorrência óbvia face ao que antes, inclusive em empresas como a Oxiteno, que antes não possuía contrato em quase nada com a CEMAN o que passou quase toda a manutenção para seu encargo. Isso tornou-se a tônica da expansão da CEMAN enquanto empresa terceira e proliferou mais ainda a terceirização nas “contratadas” da contratada, no caso a CEMAN, e evidentemente coloca-se em questão não só o real intuito de sua prática no COPEC, como também o que de fato resultou do processo de terceirização até 1993.

Ao final da exposição, deve-se colocar a diferença existente entre terceirização já dantes aceitas como normal, a exemplo do serviço de restaurantes, realizados por algumas empresas da área de alimentos como GR, Well's, Alimenta, entre outros e que não merecem nenhum tipo de representação junto ao que se aborda aqui sobre a terceirização. Já eram empresas terceiras desde o início de suas operações, não possuindo qualquer significação. Da mesma forma, o ocorrido com o setor de transportes nada mais foi do que uma redução na demanda, haja a vista a redução dos postos diretos de trabalho e também não representar responsabilidade sua o transporte dos funcionários das terceiras, que digasse de passagem, é feita em um

nível de repugnância absoluta em relação aos veículos utilizados (extremamente melhor) e com superlotação obrigatória, tendo inclusive que fazer com que o trabalhador desloque-se para o trabalho até 3 (três) horas antes do início da jornada, para obedecer o roteiro. No mais, ocorre que o restante do pessoal do quadro direto passou a ser transportado pelo regime de POOL, que passou a abranger quase todo o complexo. Isso no caso para o pessoal que trabalhe no horário administrativo; no período de turnos de revezamento, o que efetivamente ocorreu para boa parte das empresas foi a adoção do transporte em cooperativas de carros pequenos ou até carros próprios, dado a reduzida quantidade de pessoal a ser transportada nessa jornada de revezamentos.

Áreas que portanto já eram terceirizadas, em sua maioria, não sofreram grandes modificações mas sim, talvez algumas reduções ou alguns acréscimos de demanda, mas que representam muito pouco para o grosso da terceirização. Conforme ficou exposto neste capítulo; não são interessantes na análise do desemprego e da terceirização no Complexo Petroquímico de Camaçari.

Como síntese do exposto no capítulo vale colocar a apresentação sistemática de como se desenrolou a terceirização nos serviços mais voltados à produção ou apoio direto a ela, que são:

- Produção;
- Enfermaria;
- Segurança;
- Manutenção;
 - Elétrica;
 - Mecânica;
 - Instrumentação;
- Inspeção de Equipamentos;
- Ferramentaria/Caldeiraria.

Passada a exposição em suas áreas, é válido começar a analisar a demanda de mão-de-obra do COPEC: implica necessariamente na busca do quadro das aspirações, o número de pretendentes às vagas na carreira técnica; em princípio aproveita-se a pouca disponibilidade de mão-de-obra na área técnica, mas através de incentivos do governo federal, a Escola Técnica da Bahia, passa então a Escola Técnica Federal da Bahia e oferece vagas em maior quantidade e com novos cursos voltados de forma intensiva para o mercado de trabalho do COPEC, como mecânica, instrumentação, química, entre outros. Nos anos 80 até 1988 estava mais ou menos em sintonia o contingente que era alocado nas funções técnicas e a oferta de empregos. Em paralelo, não existe também grandes problemas com a quantidade de engenheiros postos no mercado de trabalho, inclusive promovendo cada vez mais a promoção e o status dos operários do Pólo Petroquímico, segundo a coordenação dos cursos de engenharia mecânica/elétrica e química. O problema aparece de forma mais intensa, com a reestruturação ocorrida agora no início dos anos 90. O resultado final dessa não atuação mais intensa por esta possibilidade profissional, está refletida basicamente nos números da concorrência para essas áreas, nos exames vestibulares dos cursos vinculados a esse mercado, que inclusive mostra o fato da ocorrência de uma grande retração na absorção de mão-de-obra desse mercado.

Mostra-se então a queda de importância desse segmento (de petroquímicos) para a questão do emprego local. Isso é inclusive bastante ilustrativo de sua derrocada enquanto um antes excelente mercado promissor para a alocação de mão-de-obra da região metropolitana, sobretudo. O quadro que é agora bastante diferente, é reflexo embora parte do emprego no Complexo Petroquímico de Camaçari, tendo assim, esvaziado um dos mercados mais satisfatórios a nível de mercado de trabalho. É um ocaso para um horizonte profissional antes tido como um excelente norte para a vida profissional desses trabalhadores. No mais, resta-se muito pouco a comentar sobre reversão, pois dada a proliferação da terceirização e a utilização massiva de

tecnologias desempregadoras de mão-de-obra, coloca-se então um ponto final na análise setorial desses trabalhadores.

CAPÍTULO 4

A TERCEIRIZAÇÃO

Em princípio, é válido trazer à luz o que se pode chamar de Terceirização segundo o respaldo teórico em voga; numa espécie de manual para terceirizar-se, Leiria a cita como "... TUDO O QUE NÃO É VOCAÇÃO DE UMA EMPRESA DEVE SER ENTREGUE PARA ESPECIALISTAS. ...". Em outras palavras vale a apresentação de Hobson em sua argumentação sobre o capital concentrador, que através da economia de capacidade produtiva proclama a Terceirização como um desses itens. Isto, vale ressaltar, é uma análise a respeito do crescimento do volume de capital em detrimento da mão-de-obra e que tem que promover estratégias para competir com suas concorrentes não menos gigantes (observada aqui a análise circunstancial de 1894, mas que não escapa de validade para significação, dentro do proposto).

Existe no cerne da idéia da Terceirização a característica de concentração de "TODAS AS ENERGIAS" nas atividades fim, buscando o "MÁXIMO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE" na produção de bens e serviços que constituem o objetivo essencial da empresa. Bem verdade, não pode deixar de ser destacada aqui a inserção da política e da idéia de Terceirização no contexto da reestruturação dos padrões tecnológicos e de organização do trabalho.

O surgimento da Terceirização está, como é de se esperar, trazendo consigo novas conceituações e novos elementos que não existiam anteriormente e que fazem parte da análise requerida, quais sejam, a empresa terceira, a empresa terceirizada, o parceiro, a empresa mãe e mais alguns que apesar de possuir denominação já conhecida, possuem especificidade junto a esse novo significado.

Iniciando a delimitação desses elementos é válido citar o elemento mais novo, a empresa terceira que aparece no processo, como um desligamento da tradicional estrutura da empresa, virando um foco de especialização segmentada a exemplo de um braço, uma contextuação orgânica dentro da funcionalidade do aparelho

produtivo. A sua caracterização pode ser dada como um ramo, que a partir de instrução e íntimo relacionamento com a administração, com a empresa produtora mãe, promove uma conseqüente redução de custos. O papel, a forma como aparece, o que promoveu de quebra para o seu surgimento, não pode deixar de ser enfocado para sua análise mais apurada. A atuação dessa empresa, dita terceira, é setorializada e seu processo de promoção desses níveis de produtividade oferecidos: fazem parte do mote da intenção de terceirizar; sua facilidade, enquanto momento gestor para a empresa mãe, ou terceirizada como queira, é de tal sorte que a gestão dessa torna-se absolutamente mais ágil e leve.

O termo parceiro, que aos mais desavisados pode se repercutir em interpretações danosas, é então um outro termo que não necessita de grandes explicações se sua compreensão for a de sinonimamente colocada. Como a já conhecida empresa contratada. Faz parte da parca literatura nacional sobre o assunto, a derivação de significados mesmos para palavras diversas, contraídas inadvertidamente às vezes de outros campos de estudo, para a explicitação do que seja determinado fenômeno.

O papel da empresa terceira é precípua para entendimento das nuances do fenômeno. Implica dizer que não é só um "BIG BANG" que atua e faz com que de um dia para outro, um empregado vire empresário (a Terceirização tende a pôr também e principalmente, o ex-trabalhador do segmento, em contato novo e direto com o mesmo tipo de função, dada a sua especialidade intrínseca, como um mesmo novo nome para um mesmo papel); há que se considerár o porque, como, quem e onde se dá em maior freqüência, essa transformação, para avaliação de sua magnitude, haja vista a não terceirização de algumas funções dentro da organização da empresa.

A teoria sobre o assunto, atualmente disponível em poucos conceitos no campo administrativo e econômico carregam em si necessariamente, visões e significações as mais diferenciadas: Na teoria administrativa, verifica-se um ode ao processo como se fosse o pórtico da terra de Canaã. Não vai aqui nenhum excesso, pois conforme Leiria em "TERCEIRIZAÇÃO PASSO A PASSO", existe sim uma relação estranha para o tratamento do fenômeno, que vai da promessa paradisíaca para os novos tempos à promessa apocalíptica para quem "maldosamente" interprete esse fenômeno de forma oportunística e a desconota de seu "real intuito" e benemérito "resultado", cabendo inclusive a exemplificação do processo de Terceirização, o alicerce para a salvação e o apogeu da pequena empresa. Em literatura afim, a exemplo de "TERCEIRIZAÇÃO - UMA ALTERNATIVA DE FLEXIBILIDADE EMPRESARIAL" assume a mesma dimensão de "salvadora da pátria" para a adequação ante às transformações produtivas, estas sim, de caráter globalizante, haja à vista o aparecimento da flexibilização como sendo a palavra-chave das mudanças do mundo hoje.

A lição que parte desta vertente de análise do processo, é a da possibilidade de sucesso desde que aplicada sob os melhores objetivos de adequação de mercado. Objetivos que necessariamente passam pelo evangelho da qualidade/produtividade bem como da corrente de sucesso mais em voga atualmente, que é o programa de qualidade total-A idéia-chave dos anos 90.

A teoria administrativa pode estar até querendo resolver-se mesmo sem saber, a passos e alcances de maior convergadura, quais sejam, a adequação ao processo, estilo de desenvolvimento integrativo do âmbito internacional para a economia nacional, muito embora isto tenha que ser duramente extraído através de penosos esforços, do escopo de seu discurso, até porque necessariamente é algo que lhe foge a alçada. A redução de custos que é um impacto (não o mais importante, segundo ela) é tratada como mera decorrência, e que quando visada apenas sob esse prisma, a

Terceirização não produzirá os resultados benéficos pretendidos e esperados por todo o processo produtivo. Evidentemente, é questionável enquanto argumentação sobre um tema que envolve necessariamente custos.

Longe de promover análise mais acirrada sobre o assunto, destaca-se uma explicação setorializada por parte dos especialistas do fenômeno no campo da administração e se levar em consideração a análise localizada a nível nacional, resta-se muito pouco a perceber sobre porque o movimento ainda não se espalhou por toda a terra de forma consensual e sem resistências ou problemas para embaraçar-lhe o desenvolvimento e ofuscar-lhe o brilho. É bastante então, estancar-se aqui sua análise para perceber outras variantes, outras vertentes para a análise em questão, de forma a ampliar o horizonte.

A teoria econômica, que desde Hobson já apresentava a Terceirização como estratégia para melhoria da competição do grande capital concentrador, trazia para si questionamentos e orientações mais amplas: Hobson diz ser o crescimento da grande empresa não destruidor por completo da pequena empresa; dada a incapacidade de uniformização do produto ou do processo de produção se manifestar em alguns setores e também de existir o aspecto diferenciador do próprio consumidor quando se individualiza no produto a sua preferência, haveria a impossibilidade de ter-se em toda a economia a concentração produtiva, coexistindo ao lado das grandes empresas, pequenas empresas crescendo em número para atender essa especificidade de demanda bem como para oferecer produtos para mercados de baixa renda, empregando nesse último caso, processos rudimentares e poucos saudáveis do ponto de vista econômico, além de propor baixos salários e produtos de qualidade aquém do normal. Bem verdade que não foi açambarcado por toda uma linha teórica mais avançada, essa problemática; em se tratando da questão com sua especificidade, é então necessário destacar sua pouca discussão e dada sua natureza recente, não se pode deixar de justificar sua parca exploração. O que não pode deixar de ser

salientado, é que, ao contrário do que promove a visão administrativa da Terceirização, há que se evidenciar a possibilidade de análise do fenômeno sob diversos prismas, sejam eles sócio-políticos econômicos como até mesmo culturais e assim oferecer as mais diversas tendências de opiniões, descontadas as essencialmente corporativistas sobre o assunto.

A análise que parece não ser levada em conta, é que a terceirização ou serve de produto a ser vendido como a chave de todos os problemas, ou por outro extremo, a pior desgraça que abatera-se para os "prejudicados" e a síntese desta loucura é de um lado o discurso ideológico travestido de ciência e teoria e de outro o discurso panfletário, não menos corporativista e ideológico pelos "sofridos e destruídos do processo". Nesse impasse, cabe aqui a reformulação e crítica ante o que cada um pretende e o que se pode esperar desse jogo de pretensão bem como o impacto e seus resultados práticos para sombreamento de uma perspectiva do processo.

A terceirização assume proporções e nuances inteiramente próprias ao aparecer na economia nacional de forma significativa em função das circunstâncias aqui presentes. Como colocar em prática essa "alternativa de flexibilidade empresarial" em uma economia atordoada por instabilidade face ao processo inflacionário crônico que atingia índices alarmantes e com os impactos promovidos pela política de estabilização proposta pela equipe econômica, que assume com o governo Collor, sem sofrer essas influências, é algo que não pode se explicar, até mesmo por que como decorrência destas políticas de estabilização é que sua expansão e a forma de sua expansão foi então tratada e posta em prática.

A reestruturação da produção industrial brasileira foi, promovida a partir dos idos de 1990, de forma intempestiva e seus reflexos não foram nem de longe totalmente amainados, embora o clima de que "o pior já passou" é tido como geral, e então toda a transformação crucial seja nos diferenciais tecnológicos, problemática

de mão-de-obra, se deu basicamente no período que vai de março de 1990 até o fim do ano de 1993, o que inclusive justifica o período analisado nesse trabalho ora desenvolvido, além de lembrar que não há a possibilidade de retorno aos moldes anteriores, dada a natureza profunda das medidas impostas no que tange ao âmago da estruturação aonde a Terceirização aparece como uma importante alternativa. O período alude de forma específica a situação do setor de químicos/petroquímicos.

Tendo em vista a pouca literatura disponível sobre o processo, do ponto de vista teórico, a análise aqui tratada é fruto, em boa parte, da coleta de artigos e posicionamentos do pessoal envolvido com o fenômeno. A validade do exposto, é de certa forma, um pouco voltada para a percepção do quadro real enquanto tal.

Coloca-se em análise a questão efetivamente local. O Brasil como um todo, e o setor químico/petroquímico particularmente falando reflete a maior problemática da Terceirização como sendo esta o elemento gestor da organização da mão-de-obra, ou seja, as representações de classe que acenam para um inimigo mortal (a Terceirização), que produz desemprego de trabalhadores em larga escala e promovem a fuga dos encargos trabalhistas, estes bastante pesados para as empresas, segundo elas e que remetem para um posterior momento, a completa troca da folha de pagamento por nota fiscal. Nesse sentido, a análise deve ser a mais particularizadora possível, dadas as diversas especificidades dos não menos diversos segmentos ou setores da economia nacional, o que fornece um impedimento muito grande à generalização.

O termo Terceirização, há pouco tempo conhecido muito pouco, de uma hora para outra, virou a "vedete" entre os sujeitos relacionados com o mercado de trabalho químico/petroquímico baiano: de um lado, as antigas "gatas" se proliferam e não mais se detêm em alguns setores já folcloricamente terceirizados, mas avança por setores antes muito pouco delineados ou pretendidos.

Em paralelo, a recessão brutal que se abatera na economia brasileira (março de 1990), amplia a correlação feita à primeira vista, entre uma direta ligação ao crescimento da Terceirização. Aí reside então um dos pontos chave a ser elucidado nesse trabalho, qual seja, até onde ocorreu o processo de Terceirização que promoveu aumento da queda de postos de trabalho, e até onde independente do avanço da Terceirização, a reestruturação produtiva visando uma adequação a um novo cenário econômico, promoveu um maior número de desempregados. Nesse sentido, a Terceirização também tem que ser evidenciada, como um movimento em sentido contrário ao desemprego, pois parece plausível supor que não pode se relacionar empregos diretos ou formais extintos, com o real quadro de desemprego do setor.

As respostas fornecidas pela pesquisa de campo realizada para este trabalho, fornecem linhas gerais para o esclarecimento desse quadro e que não deve estar alheio ao problema da segmentação do mercado de trabalho mais almejado pelo processo de Terceirização e qual o mais penalizado. Aqui cabe considerar suspeita de transformação maior nos quadros técnicos de todo o setor, mas que fundamenta-se em elementos de suspeição primária, ou seja, a crescente legião de engenheiros e profissionais da área técnica que avulsos ao mercado, hoje configuram-se como a maior representação entre taxistas, pequenos comerciantes e recém-ingressos em cargo público de natureza funcional completamente estranha às suas formações técnico-acadêmicas, bem como a brutal queda de demanda para os cursos da área técnica nas instituições de ensino de nível médio e superior locais. O exposto nesta exposição verifica uma caracterização de índice, ao qual não pode ser dada nenhum tipo de respaldo que não seja o de suspeição, que pode se confirmar ou não com um trabalho mais especificamente voltado para a questão em enfoque mais social e, não distante dessa verificação está também a constatação de que é preciso verificar os setores mais impactados nessa transformação, o que vem em decorrência do exposto acima, para uma compreensão mais exata de como se configura agora o organograma dessas empresas.

O Complexo Petroquímico de Camaçari possui um conjunto de empresas que não obedecem, todas elas, a uma só forma a uma mesma posição funcional. Há especificidades entre elas. Essas especificidades configuram-se em até quatro grupos distintos, grupos estes, divididos pela sua posição no processo de produção, sua relação entre eixos, empresas maiores, a exemplo da COPENE que ocupa uma posição de central de matéria-prima para o complexo diferente de uma POLITENO, que produz polímero de eteno (este, oriundo da COPENE), diferente também da DETEN (que não possui subordinação de matéria-prima da COPENE) e distinta desta também vai a CEMAN, que possui a natureza já intrinsecamente de terceira na área de manutenção dos equipamentos do complexo em todas as plantas onde atua.

Pelo exposto acima, deve-se ter em mente, a preocupação com a orientação de estudo do processo de Terceirização em sentido mais amplo dentro do COPEC, pois dadas as particularidades funcionais coexistentes nas empresas participantes do complexo. Esse detalhe é de elevada relevância, sobretudo para a verificação de resultados do ponto de vista da análise mais nítida das empresas que mais terceirizam e de como terceirizam. A Terceirização atravessa as empresas do complexo de forma um pouco diferente em cada empresa face a natureza de operação. Traços comuns poderão ser evidenciados, mas daí a propor todos os traços como comuns é um perigo de erro que não deve ser de forma alguma lançado mão.

O desenrolar do processo de Terceirização traz então algumas reflexões sobre se já não existia algo parecido, embora com outro nome. Evidentemente, sim, mas seu espaço era absolutamente pouco representativo e já então perfeitamente absorvido no antigo padrão de estrutura produtiva abortado no Brasil, sobretudo pela NOVA ORDEM MUNDIAL, pois não está distante de se perceber que o processo ganhou força, vigor, com a prática nos países desenvolvidos; de cunho neoliberal, implica em redução imediata dos impactos provocados pela crise do paradigma Fordista, face a era de supremacia econômica nipônica, com a utilização de just in

time, que representa o mote da produção enxuta japonesa, produzindo um esmagamento do modelo de desenvolvimento Fordista do restante do mundo desenvolvido o qual tentando fazer frente a essa competitividade forte, optou por uma considerável redução de custos que implicavam em salários elevados e grau elevado de tributação, mas que representam, segundo o discurso neoliberal, uma forte obstaculização à possibilidade de competição mais forte destes face às novas circunstâncias de inserção de âmbito internacional.

Dado o exposto acima sobre as circunstâncias que cercam o processo de Terceirização no ambiente internacional, fica evidente a distorção "ineculta" daqueles que analisam o problema à luz de um otimismo tendencioso e porque não dizer ideológico que remete a discussão a poucos resultados sensatos diante dos fatos.

A realidade vivenciada pelo setor petroquímico, no entendimento deste trabalho está claramente voltada para sinalizações sobre o que poderá advir e até onde irá esse processo, haja à vista o fato de atualmente ser um dos traços mais fortemente destacados no que se refere a mercado de trabalho no Complexo Petroquímico de Camaçari.

O quadro instaurado, pode levar a conseqüências de natureza econômica para as empresas muito positivas, sobretudo quando se nota uma redução de oferta de emprego, criando um mercado de mão-de-obra excedente que empurra os salários para baixo; o que hoje já é inclusive abertamente exposto pelos participantes de empresas terceiras; um caso bem exemplificado disso é o deferimento de um dos "proprietários" da COINSP (Cooperativa de Inspeção de Equipamentos), João Batista Oliveira, que já sente a sensível diferença em relação ao ganho percebido mensalmente enquanto "parceiro" e seu vencimento anterior, enquanto empregado direto de uma das empresas do complexo: "Naqueles tempos, a carga de esforço era um tanto reduzida, mas os salários eram mais compensadores, enquanto hoje sou

visto como um privilegiado e percebo uma remuneração efetivamente menor ao que era antes, da ordem de 35 a 43%, com uma responsabilidade e sobrecarga de serviço absolutamente estafante”, avalia assim sua condição enquanto empresário parceiro.

A verdade dos tempos atuais no que tange à Terceirização é efetivamente crítica: o processo se apoia em uma brutal busca de eficiência que, como o paradigma de desenvolvimento da atualidade, promove cada vez mais um processo de exclusão que pode se apoiar não só nas novas tecnologias como também na estruturação das organizações empresariais.

CAPÍTULO 5

CONCLUSÃO

Após a análise dos setores mais próximos à produção e que foram envolvidos no processo de terceirização, algumas posturas críticas podem ser tomadas, a começar pela que tenta defender a nível teórico o processo de terceirização e o que ocorre de fato; nesse sentido, a crítica fundamental é voltada para a tão adorada flexibilização, enquanto elemento que transforma a relação de empregado-empregador, em uma relação de parceira, aonde prevalece o jogo do "ganha-ganha". Se tomar-se em consideração o que ocorreu no COPEC e até mesmo conforme os resultados de pesquisas junto às empresas, o motivo fundamental do processo de terceirização utilizado em larga escala, nada mais foi do que a necessidade de uma brutal redução de custos como imperativo para utilização que em princípio não tenha essa mote, de fato não é no caso do COPEC que isto se configura; ao contrário, a conseqüente mentalidade prática voltada à redução de custos e que em outras palavras, não tem outra função a consentir a não ser a de ser um instrumento de garantia do processo de acumulação de capital do setor.

Como é de se esperar, a literatura embora pequena, é clara quanto à sua posição "romântica" sobre a terceirização, inclusive recriminando quem dela se utiliza para fugir de encargos trabalhistas, dado que é uma estratégia empresarial que não visa outra coisa que não seja "preocupação com a atividade-fim da empresa". Se isso é verdade, então porque não se fala no fato do desemprego que dela é proveniente e mais ainda, porque não se fala no esgotamento do trabalho efetuado por boa parte do pessoal que foi terceirizado, dado que os que ficaram no processo são submetidos a cargas de trabalho mais elevadas, à custa de salários reais inferiores ao que recebiam enquanto trabalhadores empregados diretamente pelas empresas.

Um exemplo para essa crítica é dada por J. B. Oliveira, um dos "proprietários" de uma das empresas ligadas a inspeção de equipamentos, sobre a redução de seu nível de salário e o aumento maior de sua responsabilidade e esforço no trabalho. Dessa forma, se invoca o pensamento marxista sobre a exploração no

que concerne à mais-valia absoluta, quanto ao tempo de trabalho, pois não há mais hora-extra e sim contrato a cumprir onde o rateamento do valor do contrato importa remunerações escandalosamente baixas como um dos resultados desse processo e que não deve ser esquecido o problema do desemprego, se em média, estima-se que entre 40 e 50% do total dos empregos extintos, sobrevivem nas terceiras, impondo necessariamente interpretações desse fenômeno no que diz respeito à acumulação de capital, especificamente no caso do COPEC.

O caráter duvidoso que impera é se saber também às custas de que se constitui um crescimento de produtividade e se de fato em se terceirizando, tudo aumenta produtividade. Inserindo a problemática da terceirização em um contexto mais abrangente, pode-se concluir que ele não funciona assim apenas no COPEC; a sua difusão em todo o mundo põe à mesa o problema das saídas do capital para a sua crise, o que faz da terceirização um de seus expedientes, nos mais diversos setores de uma economia: no caso brasileiro, por exemplo, o problema de “pseudo-estagiários” que garantem o cumprimento de todas as tarefas do setor bancário (sobretudo bancos oficiais), é um exemplo escrachado da terceirização que visa reduzir custos. Se isso ocorre em um mercado de trabalho regulamentado, imagine-se o que poderá ocorrer caso haja o processo de desregulamentação intensiva que se deseja e se preconiza no meio empresarial. O problema em países como os latino-americanos, recrudescer ainda mais a situação do trabalho no âmbito de sua crise agudiza-se mais para o país que perdeu-se do marco da história e não gozar das mínimas prerrogativas de distribuição de renda que de certa forma foi produzida pelo paradigma Fordista de desenvolvimento e que hoje entra em crise. Não será a terceirização outra coisa senão um dos grandes jogos do capital visando manter sua possibilidade de acumulação driblando os momentos de maior impacto para a lógica da acumulação que é elemento crítico no seio da sociedade.

Camaçari não é um caso isolado. A sua peculiaridade, segundo este trabalho, está no fato de impor a terceirização para atividades extremamente vinculadas à produção e reduzindo drasticamente os custos com mão-de-obra (com o conseqüente desemprego que ocorreu) representando um dos elementos constitutivos da queda de representação desse mercado consumidor para a região metropolitana de Salvador.

A lógica de garantia de produtividade pode ser interpretada como mera falácia ante ao problema de se ter implantado a sua prática em meio a uma atribulada situação do mundo do trabalho, só vem a produzir uma menor representação dos salários na composição de seus custos de produção. Dessa forma, se encerra aqui a crítica no que tange à problemática da “terceirização correta” e a “fuga de encargos trabalhistas” como sendo algo anormal. Não só isso é o normal pretendido como é o mote da terceirização em toda a conjuntura da petroquímica local.

O problema maior assiste ao fato dos reajustes de capital entre o componente burocrático e o componente produtivo, sendo que ambos são absolutamente reduzidos dentro do processo de terceirização, colocando em questão apenas o aprofundamento da intensidade do capital em detrimento do trabalho como já previa Hobson em 1894.

Não se pode dizer que o ocorrido em Camaçari provocou uma hecatombe social, apenas recrudescceu o já problemático item do emprego para a economia metropolitana, e com repercussões sensíveis a todos os segmentos integrantes com o mercado consumidor oriundo de mão-de-obra utilizada em Camaçari.

ANEXOS

Fac. Ciências Eco,	UfBa.
Biblioteca	
11.953	
Seção Mestrado	

Quadro Representativo das Empresas do Pólo Petroquímico-BA

(Anos 1991-92)

<i>COPENE</i>	33,51	51,01	-10
<i>CPC</i>	29,28	20,92	-4
<i>POLIALDEN</i>	-10,19	-6,90	-2
<i>POLITENO</i>	49,88	81,16	-14
<i>POLIBRASIL (*)</i>	1.058,25	1.215,49	-6

Fonte: Balanços Patrimoniais das Empresas

Elaboração: DIEESE / Subseção Sindiquímica

(*) Os valores se encontram no princípio da Legislação Societária.

Demonstrativo das Demissões

Pólo Petroquímico de Camaçari

1989-93

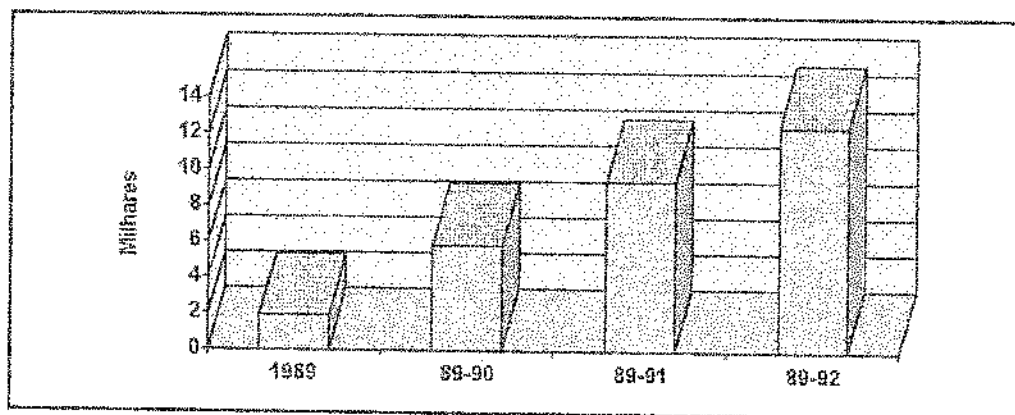
1989	1.890
1990	3.952
1991	3.584
1992	3.003
1993(*)	1.818

Fonte: Sindiquímica/Ba

(*) Refere-se ao 1^o semestre do ano.

Demonstrativo das Demissões

Pólo Petroquímico de Camaçari



Fonte: Sindiquímica

Dados sobre a Terceirização no Brasil

O DIEESE realizou, recentemente, uma pesquisa junto a 12 (doze) representações de fábrica (comissões de fábrica e delegados sindicais), que congregam cerca de 55 mil funcionários, sobre o quadro da terceirização no Brasil.

A terceirização tem atingido tanto as áreas de apoio como as de produção. O motivo principal apontado pelas empresas para a implantação do sistema foi a redução de custos. Por outro lado, a principal imediata consequência foi a redução dos salários nas terceiras.

Os principais resultados apurados foram, em síntese:

1) Empresas em que ocorreu terceirização: 100%;

2) Principais áreas de apoio afetadas:

- Restaurantes: 55% das fábricas
- Limpeza: 58%
- Transporte: 42%
- Enfermaria: 33%
- Segurança: 27%

3) Principais áreas da produção afetadas:

- Manutenção: 64% das fábricas
- Fornecedora: 33%
- Ferramentaria: 27%
- Usinagem: 25%

4) Principais motivos apresentados pelas empresas:

- Redução de custos: 75%
- Busca de eficiência: 55%
- Especialização: 36%

5) Estimativa do número de trabalhadores afetados: 3.246

6) Estimativa do número de postos eliminados: 714

7) Casos em que a terceirização trouxe prejuízos aos trabalhadores:

- Redução dos salários nas terceiras: 92% das fábricas
- Eliminação de benefícios: 83%
- Aumento de jornada: 82%
- Pior segurança no trabalho: 82%

Uma pesquisa publicada na Folha de São Paulo apresenta resultados semelhantes sobre os motivos e as áreas de implantação da terceirização. A pesquisa apresentou, ainda, as vantagens e desvantagens apontadas pelos empresários à terceirização. Ela não informa, entretanto, a situação dos trabalhadores depois de se adotarem essa sistemática.

Mello, Cláudio Palma de

BIBLIOGRAFIA

• Livros

1. *Leiria, Jerônimo Souto; Souto, Carlos Fernando, e; Saratt, Newton Dorneles.* "Terceirização Passo a Passo - O Caminho para a administração pública e privada". Editora Sagra - de Luzzato, 1993, 142P;
2. *Queiroz, Carlos A. Ramos Soares de.* "Manual de Terceirização". Editora STS, 1992;
3. *Giosa, Lívio A.* "Terceirização". Editora Pioneira, 1993;
4. *Leivia, Jerônimo Souto.* "Terceirização - Uma alternativa de flexibilidade empresarial". Editora Sagra - de Luzzato, 1993;
5. *Hobson, John Atckinson.* "A Evolução do Capitalismo Moderno". Editora Abril.

• Periódicos: textos, revistas, artigos

1. "Na onda da Terceirização" - 30 de junho de 1992 - Luciano dos Santos Gaimo
- in Jornal Folha de São Paulo;
2. "Mais de 600 dimensões no Pólo em 7 meses" - 13 de setembro de 1994 -
Página 13 - Caderno 1 - Economia - in Jornal ATARDE;
3. "Empresas baianas são maiores e melhores do NE" - 02 de outubro de 1994 -
Página 4 - Caderno 1 - Economia - in Jornal ATARDE;
4. "Terceirização feita com irregularidades" - Op. cit 4;
5. "A empresa e a estratégia da Terceirização" - Março/Abril de 1993 - Páginas
6-11 - Revista de Administração de Empresas;
6. "Terceirização é responsabilizada" - 20 de janeiro de 1993 - Página 4 -
Caderno 1 - Economia - in Jornal ATARDE;
7. "Terceirização favorece a prática irregular" - 15 de setembro de 1993 -
Página 5 - Caderno 1 - Economia - in Jornal ATARDE;
8. "Carona para a eficiência" - 18 de agosto de 1993 - Revista Exame;
9. "Empresas que terceirizam estão satisfeitas" - 24 de março de 1993 - in Jornal
Folha de São Paulo;
10. *Costa, A. M. Hostalício e outros* - "A vantagem de seu parceiro" - 18 de
agosto de 1993 - Revista Exame;

11. *Borges, Ângela; Druck, Maria da Graça* - "Terceirização e mercado de trabalho" - "Terceirização - Opinião dos trabalhadores" - Revista Análise e Dados;
12. "Os trabalhadores frente à Terceirização" - Maio de 1993 - Boletim DIEESE - Relatório de Pesquisa nº 07;
13. "Terceirização e ação sindical" - Junho de 1992 - Boletim DIEESE - Seção Linha de Produção nº 135;
14. "O quadro atual da Terceirização" - Novembro de 1992 - Boletim DIEESE - Seção Linha de Produção nº 140;
15. "A indústria petroquímica no Brasil" - 1984 - Serviço de Comunicação Social da Petrobrás nº 07 - Caderno Petrobrás;
16. "Notas sobre os impactos de mudanças gerenciais e tecnológicas na força de trabalho da indústria química baiana" - Dezembro de 1993 - Nº 01 - Revista da Escola de Administração da UFBA.

• **Outros: relatórios, trabalhos, etc**

1. **Relatório** - *Filho, Edelvino da Silva Góes* - “A lógica do processo de Terceirização no Pólo Petroquímico de Camaçari” - Mimeo -Salvador, 1993;
2. **Trabalho** - *Mello, Cláudio Palma de* - “Terceirização - Uma aproximação do processo no Pólo Petroquímico - Ba” - Setembro de 1993, Salvador;
3. **Tese** - “A etapa de consolidação da estrutura tecnológica do Complexo Petroquímico de Camaçari” - Dissertação apresentada ao curso de mestrado em Economia da UFBA - Orientador: Professor João Damásio O. Filho - Janeiro de 1993 - Salvador;
4. **Relatório** - “Indústria no Estado da Bahia - Uma proposta de política industrial” - Governo do Estado da Bahia - Secretaria de Indústria e Comércio - 1983, Salvador.

